

MARCELO LARA RESENDE

Economia - Brasil

A Academia Real de Ciências da Suécia premiou Robert Morton e Myron Scholes — das Universidades de Harvard e Stanford, respectivamente — com o Prêmio Nobel de Economia de 1997. Segundo justificou a Academia. "(...) sua metodologia pavimentou o caminho para avaliações econômicas em muitas áreas. Também gerou novos tipos de instrumentos financeiros e possibilitou a administração eficiente de risco na sociedade." Os dois professores desenvolveram e popularizaram uma teoria capaz de atribuir um valor às opções para compra e venda de papéis públicos ou privados. Quando aplicada, esta teoria diminui significativamente o risco de operações financeiras com derivativos ou no mercado futuro. A especulação ou a arbitragem intertemporal — que em condições normais quase sempre são patrocinadoras da eficiência e da estabilidade — ficaram mais fáceis e menos arriscadas.

Assim como acontece com as infecções oportunistas — em geral não atacam organismos saudáveis — normalmente os especuladores também não apostam contra a moeda, ou contra a economia de países onde as contas públicas (os chamados fundamentos da economia) são estruturalmente equilibradas. No mais e por estranho que possa parecer — sobretudo diante da crise econômica e financeira em curso — tanto as bactérias (na biologia) como os especuladores (na economia), agindo de acordo com a sua imutável natureza, exercem papel importante e, portanto, também indispensável neste nosso complexo e, por isso mesmo, muitas vezes incompreensível planeta. Apesar de desconhecer o pioneiro e, principalmente devido ao irreversível fenômeno da globalização informatizada, cada vez mais útil trabalho dos pesquisadores Merton e Scholes, ao eleger Fernando Henrique Cardoso presidente da República, o povo brasileiro também fez uma sofisticada operação no mercado futuro, um investimento de risco cuja "renda" é necessariamente variável e imprevisível. Os eleitores de Fernando Henrique — "acionistas controladores do país" — embora sem

utilizar a inovadora proteção dos bem-vindos algoritmos desenvolvidos pelos laureados economistas, mesmo assim acreditaram tanto nas promessas como na capacidade do então candidato.

Confiaram em que, uma vez eleito, através de hercúlea operação de *turnaround*, de fato o presidente da República conseguiria cumprir o que tantas vezes prometeu: primeiro, recolocar o país nos trilhos e, segundo, resgatar a sua enorme dívida social para, finalmente, retribuir a confiança recebida, ao retomar o indispensável desenvolvimento econômico em um país política e socialmente equilibrado. Metaforicamente falando, eram estas as cinco promessas básicas — agricultura, educação, emprego, saúde e segurança! — representadas pela mão tantas vezes estendida, ou didática e enfaticamente espalmada durante a primeira campanha.

(...) Não há justiça social sem estabilidade, nem democracia digna desse nome quando se tem uma economia em que o Estado se sustenta à custa de tributar o pobre através da inflação (...) a inflação sempre será um processo que denota o fracasso de um sistema político, e por isso mesmo suas consequências podem ser devastadoras. (...) Nós, felizmente, conseguimos (*até então*) [grifo nosso] vencer a hiperinflação dentro do ordenamento jurídico vigente, sem o recurso a excepcionais legais. Trata-se, sem dúvida, de uma extraordinária vitória, mas que ainda *não está inteiramente consolidada* [grifo nosso].

Mesmo levando em conta as inúmeras e, como vimos, oficialmente reconhecidas dificuldades encontradas, aliás, responsáveis por uma ou outra surpresa, pela parcial inversão e pelo enorme atraso, em relação a sua agenda de governo original; no fundamental, o executivo-chefe do Brasil não desapontou. Mas também não concluiu a sua gigantesca missão. Ainda está muito longe disto! O seu governo continua *sub judice*. Entretanto, é verdade que a execução da agenda divulgada inicialmente mostrou-se mais difícil — política e economicamente muito mais difícil! — do que era possível antecipar. Compreensivelmente ansioso por cumprir e ainda complementar as promessas fei-

tas durante a sua vitoriosa campanha, mais uma vez, o presidente Fernando Henrique Cardoso contou com a boa-fé do povo brasileiro ao surpreender a todos e, ineditamente, "apresentar-se" como candidato a mais um mandato.

O fato, porém, é que o caminho em que estamos é preocupante, o ritmo das reformas, exasperante e o cenário, a médio prazo, nebuloso. O primeiro mandato de FH foi, em larga medida, um exercício na arte de ganhar tempo (emenda da reeleição e privatização incluídas). A grande questão e saber por quanto tempo ainda será possível continuarmos ganhando (e comprando) tempo.

O segundo mandato conquistado é indispensável à conclusão e consolidação do trabalho já executado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente sua obra-prima: a até o momento inegavelmente bem-sucedida estabilização de preços. Sobre isto, convém lembrar que: "Embora a ambição por si mesmo seja um vício, ela é frequentemente uma fonte de grande virtude." Aliás, o povo brasileiro naturalmente espera que seja este o caso. E é melhor que assim seja. Pois agora, mais do que nunca — o mar não está para peixe! — não é prudente desapontar ou desafiar os já demasiadamente agravados brasileiros: os belicosamente esperançosos aprendizes de cidadãos!

Em outras palavras, não convém cutucar a onça — ou o "tigre": o daqui ou os de acolá — com vara curta. Um precário "instrumento" que, especialmente no Brasil, de tanto ser imprudentemente utilizado, está hoje ainda mais curto! E, conseqüentemente, está também mais perigoso, inclusive porque, tanto os "cidadãos" brasileiros como os "tigres" — todos eles! — parecem estar particularmente estressados, irritados e com fome — alguns literalmente com muita fome!

(...) as despesas de custeio do Estado se elevaram a valores em torno de 30% do PIB enquanto a carga tributária, agora, após a estabilização, *em seu melhor momento em muitos anos* [grifo nosso], nada mais faz do que igualar este valor. O pouco investimento que ainda pode ser feito por entidades do setor público eleva o déficit público a cerca de 6% do PIB e não ocasiona elevações explosivas

na dívida pública *apenas* [grifo nosso] em função das receitas de privatização.

Enfim, parece que ainda há muito a fazer. A missão continua sendo gigantesca! Entretanto, o tempo é curto, lamentavelmente cada vez mais curto... Portanto, senhores, façam logo as suas apostas, pois o "jogo" está prestes a começar — se é que já não começou. E, desta vez, o cacife parece ser a nossa própria sobrevivência enquanto nação. Boa sorte! E, por via das dúvidas, que Deus esteja conosco. Ou, melhor ainda, que de fato seja nosso contrerrâneo. Aliás, seria o ideal se Deus for também um pouco "provinciano". Quem sabe assim — ao puxar a brasa para a nossa sardinha — por um lado, ainda teremos condição de ir em busca do tempo perdido. Em alguns aspectos, tempo precioso e, entretanto, levemente perdido. Por outro lado, poderemos também compensar tanto a limitação como a arrogância dos economistas que, cada vez mais, acreditam que a previsão de eventos futuros depende apenas, ou mesmo principalmente, da construção de algebricamente sofisticados e psicologicamente ingênuos "modelos econômicos".

Pois, hoje mais do que nunca, não deve haver dúvida de que existe algo além dos algoritmos na economia. Que, aliás, continua sendo uma "ciência social", como inclusive demonstra o recente e estrondoso fracasso do fundo de investimentos patrocinado e administrado pelos economistas Merton e Scholes — o "alavancado" Long Term Capital Management (LTCM). Embora teoricamente brilhantes, apesar da excelência e oportunidade da sua mundialmente reconhecida engenharia financeira, na prática, os ainda recentemente laureados professores perderam a aposta. Diga-se de passagem, uma aposta de algumas dezenas de bilhões de dólares que perderam para si próprios e, sobretudo, para os seus até então compreensivelmente crédulos clientes. Enfim, que o mesmo não aconteça com os brasileiros que, muito confiantes, também apostaram — apostaram alto — em Fernando Henrique Cardoso!

MARCELO LARA RESENDE é economista.